



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**CARTA CONTRATO Nº 23/2021**

**CARTA-CONTRATO N. 23/2021/TRE-RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0003199-36.2021.6.22.8000](#)**

**CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE  
RONDÔNIA – TRE-RO, E A EMPRESA  
SARAIVA DE EDUCAÇÃO S.A, PARA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE  
ASSINATURA de BIBLIOTECA DIGITAL,  
PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO  
TRE-RO.**

**CONTRATANTE:** UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ 04.565.735/0001-13 com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893/SSP-RO e CPF 475.106.849-00.

**CONTRATADA:** **SARAIVA DE EDUCAÇÃO S.A.**, CNPJ 50.268.838/0001-39, com sede na Rodovia Presidente Dutra km 136, bloco 4, módulo 5, Eugênio de Mello, em São José dos Campos/SP, CEP: 12.247-004, Telefone(s): (11) 4383-9403; (11) 3613-3316 e (19) 998287631, E-mail(s): [cpfiscal@somoseducacao.com.br](mailto:cpfiscal@somoseducacao.com.br); [breno.santos@somoseducacao.com.br](mailto:breno.santos@somoseducacao.com.br); [leandro.menon@somoseducacao.com.br](mailto:leandro.menon@somoseducacao.com.br), neste ato representada por sua diretora editorial, **FLÁVIA HELENA DANTE ALVES BRAVIN**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 27.402.802-5/SSP-SP e CPF 255.323.398-13, telefone(s): (11) 97644-6430, E-mail(s): [flavia.bravin@somoseducacao.com.br](mailto:flavia.bravin@somoseducacao.com.br) e, por seu gerente comercial, **FRANCISCO CÉSAR FERNANDES DINIZ**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG 7275860/SSP-PE e CPF 510.597.703-34, telefone(s): (58) 99999-9295, E-mail(s): [francisco.diniz@platosedu.com.br](mailto:francisco.diniz@platosedu.com.br).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), Leis 8.159/1991, 12.527/2011 e 12.682/2012, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e Resolução TSE n. 23.234/2010, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil).

**FUNDAMENTO:** Contratação direta por Inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 25, *caput*, da Lei n. 8.666/93.

**Ato de Autorização e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação:** DESPACHO n. 1568/2021-PRES/DG/GABDG (evento [0760373](#)), de 11/11/2021.

### **DO OBJETO**

**(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Constitui objeto desta Carta-Contrato a prestação de serviço de assinatura da plataforma Biblioteca Digital Saraiva – BDS, nos termos da Proposta da CONTRATADA (evento 0749585), cujo acervo da Saraiva conta com total aproximado de 2.600 títulos, com o quantitativo de 50 acessos simultâneos, e as seguintes funcionalidades:

- I - Navegação através de abas e sumário interativo;
- II - Filtro por categoria e ano de publicação;
- III - Recursos de busca;
- IV - Recursos que possibilitam a aplicação de contraste (alteração do plano de fundo), ajuste do tamanho de fonte e responsividade a softwares de reprodução e áudio, que viabilizam a leitura por usuários com restrições visuais;
- V- Atualização trimestral da base de obras, com inclusão de novas edições e novos títulos disponíveis;
- VI - Possibilidade de adição de anotações e marcadores de página;
- VII - Acesso ilimitado a todo conteúdo durante vigência de parceria;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VIII- Plataforma responsiva, sendo possível acesso através de dispositivos móveis, como *smartphones* e *tablets*; e

IX - Relatório de utilização (estatísticas de uso), por período ajustável, com quantidade de usuários únicos que acessaram a plataforma, quantidade de acessos, obras mais acessadas, áreas de maior interesse, dentre outras informações.

**Subcláusula Única** - Vinculam-se a esta Carta-Contrato, independente de transcrição, o Projeto Básico respectivo, a proposta da CONTRATADA e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação.

**DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

**DA VIGÊNCIA**

**(Artigo 57, caput e § 3º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Esta Carta-Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar do dia 14/12/2021, não podendo ser prorrogada.

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** – O valor desta Carta-Contrato é de **R\$ 18.750,00** (dezoito mil setecentos e cinquenta reais), conforme proposta da CONTRATADA.

**Subcláusula Primeira** – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos, materiais/componentes de menor custo, despesas administrativas, lucro, etc., conforme proposta da CONTRATADA.

**Subcláusula Segunda** - Por se tratar de contrato de prestação de serviços por período de 12 (doze) meses, não há previsão de reajuste de preços para esta contratação, em nenhuma das modalidades.

**Subcláusula Terceira** - As despesas com a execução do presente Contratação correrão à conta do Orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Programa de Trabalho: 02122003320GP0011 e Elemento de Despesa: 33.90.39-01, conforme Nota de Empenho n. 2021NE000390, de 16/11/2021 (evento [0762444](#)), a ser reforçada, caso necessário, e conforme resumo a seguir:

FONTE ORÇAMENTÁRIA			
CATEGORIA ORÇAMENTO)	(TIPO	DE	Ordinário
AGREGADOR			Operação dos Serviços Administrativos
DESPESA AGREGADA			Aquisição de Livros e Assinatura de periódicos
PLANO INTERNO			AOSA ASSINA

**DO PAGAMENTO**

**(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUINTA** – O CONTRATANTE efetuará o pagamento em parcela única, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco Itaú S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação da Fatura/Nota Fiscal, regularmente certificada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, aplicadas as retenções legais, observando que:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. A fatura/nota fiscal só poderá ser emitida após o início da prestação de serviço contratado;
2. No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a seguridade social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho, além da certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.
4. O CONTRATANTE não se obrigará a efetuar o pagamento de Faturas/Notas Fiscais em desacordo com o contratado e/ou não atestadas pelo Fiscal da Carta-Contrato;
5. Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal ou nos demais documentos apresentados, ou havendo, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos serão devolvidos à contratada e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras notificadas pelo contratante, no prazo estabelecido. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;
6. Verificada a irregular situação fiscal da CONTRATADA, incluindo a seguridade social, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para regularizar sua situação, dando-lhe o prazo que entender necessário para a regularização, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade apresentada;
7. Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão nº 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012);
8. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
9. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11. A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

## **DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**(Artigo 67, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** – No TRE-RO, a Gestão desta contratação ficará a cargo do titular da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação (CJD) e a fiscalização desta contratação ficará a cargo do titular da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral (SEPM), ou aos seus respectivos substitutos, em caso de ausência dos titulares mencionados, aos quais competem, nessas condições, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

**Subcláusula única** - A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

## **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SÉTIMA – São obrigações do CONTRATANTE:**

1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento;
2. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários;
3. Efetuar o pagamento da Nota Fiscal, devidamente certificada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, na forma contratada;
4. Fiscalizar o cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, observando que:
  - a) O CONTRATANTE fará constar, em registro próprio, todas as ocorrências constatadas durante a execução do contrato, determinando o que for necessário, para regularização de falhas, defeitos e/ou substituição dos bens, no todo ou em parte, se for o caso; e
  - b) A comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA dar-se-á através de correspondência oficial e anotações, utilizando-se mensagens eletrônicas (e-mails) e Correios.
5. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade observada na execução do Contrato, fixando-lhe prazo para corrigi-la, sendo que a reincidência poderá acarretar a aplicação das sanções previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento;
6. Promover o recebimento definitivo, por meio da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da disponibilização *on-line* do periódico, e a disponibilização das senhas para dez acessos simultâneos, se atendidas todas as exigências;
7. Rejeitar o fornecimento efetivado em desacordo com o previsto neste Contrato;
8. Controlar a execução financeira do Contrato dentro dos limites estabelecidos; e
9. Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Artigo 55, VII e XIII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA OITAVA – São obrigações da CONTRATADA:**

1. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os produtos sejam fornecidos conforme proposta comercial, ressalvado ao CONTRATANTE o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar necessário, proceder à análise dos produtos fornecidos, ficando o ônus a cargo exclusivo da CONTRATADA;
2. Disponibilizar suporte técnico, de segunda a sexta-feira, de 8h às 18h (horário de Brasília), objetivando a resolução e o esclarecimento de problemas e dúvidas quanto ao conteúdo contratado;
3. Responsabilizar-se por todas as obrigações e todos os encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos;
4. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar ao TRE/RO, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do contrato;
5. Informar imediatamente ao TRE-RO a ocorrência de qualquer problema técnico que venha ocasionar a indisponibilidade do produto objeto do contrato;
6. Não transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto contratado, sendo igualmente vedado transferir ou ceder a terceiros o crédito respectivo, ficando obrigada, perante o contratante, pelo exato e fiel cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas neste instrumento.
7. Assumir total responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes, relativos ao objeto do fornecimento do bem contratado.
8. Fornecer senha personalizada para acesso *on-line* dos conteúdos das publicações via internet durante a vigência do contrato.
9. Encaminhar a senha de acesso exclusivo à Chefia da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, a quem competem às funções de gestão e fiscalização do contrato.
10. Manter-se regular perante a Fazenda Pública Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho, além de





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

manter-se apta para obtenção de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça, durante o período contratual.

11. Indenizar o TRE-RO por todo e qualquer dano decorrente direta e indiretamente da execução do presente Contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;

12. Sujeitar-se à fiscalização do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e respondendo todas as reclamações formuladas;

13. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto da CARTA-CONTRATO, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

14. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este TRE-RO;

15. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da presente Carta-Contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93;

16. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

I – Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos;

II – Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

17. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA NONA** – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas nesta contratação, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas na Lei 8.666/93 e neste instrumento, observado o que segue:

**Subcláusula Primeira** - O descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas, garantida a ampla e prévia defesa, sujeita a contratada à multa, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

I - Multa de 1% (um por cento) ao dia, em caso de atraso de até 10 (dez) dias;

II - Multa de 2% (dois por cento) ao dia, em caso de atraso superior a 10 (dez) dias, até o limite de 20 (vinte) dias;

III - Multa de 3% (três por cento) ao dia, cumulada com a rescisão do contrato, em caso de atraso superior a 20 (vinte) dias;

IV - Atrasos superiores aos limites estabelecidos nos itens de I a III, caracterizarão a inexecução do ajuste

**Subcláusula Segunda** - Pela inexecução total ou parcial do objeto da Carta-Contrato, o CONTRATANTE poderá, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

I - advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o contratado;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Terceira** - Sempre que não houver prejuízo para a Administração Pública, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a critério e motivação do CONTRATANTE.

**Subcláusula Quarta** - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

**Subcláusula Quinta** - Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato, as penalidades mais severas.

**Subcláusula Sexta** - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata.

**Subcláusula Sétima** - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante ou a terceiros.

**Subcláusula Oitava** - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

**Subcláusula Nona** - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Décima** - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

**Subcláusula Décima Primeira** - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

**Subcláusula Décima Segunda** - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

**Subcláusula Décima Terceira** - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

**Subcláusula Décima Quarta** - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Décima Quinta** - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

**Subcláusula Décima Sexta** - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

**Subcláusula Décima Sétima** - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

**Subcláusula Décima Oitava** – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

**Subcláusula Décima Nona** - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008/TRE-RO.

### **DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA** - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Primeira** - A rescisão contratual poderá ser:

1. Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE; e
3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência da contratação, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

**Subcláusula Quarta** - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Primeira** – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Carta-Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

**Subcláusula Terceira** – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

**Subcláusula Quarta** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quinta** – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta contratação, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sexta** - Não há previsão de reajuste de preços para esta contratação em nenhuma das modalidades.

**Subcláusula Sétima** – Havendo alteração unilateral da Carta-Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - À execução do presente instrumento e aos casos omissos, além das disposições previstas neste instrumento e no Projeto Básico e seus Anexos, aplicar-se-ão o disposto na Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), nas Leis 8.159/1991, 12.527/2011 e 12.682/2012, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, na Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e na Resolução TSE n. 23.234/2010, e, supletivamente, na Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e na Lei 10.406/2002 (Código Civil).

**Subcláusula única** - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

**DO FORO**

**(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta Carta-Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 17 de novembro de 2021.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	
<b>FLÁVIA HELENA DANTE ALVES BRAVIN</b> Pela Contratada	<b>FRANCISCO CÉSAR FERNANDES DINIZ</b> Pela Contratada
Fábيا Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 17/11/2021, às 16:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO CÉSAR FERNANDES DINIZ, Usuário Externo**, em 18/11/2021, às 08:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA HELENA DANTE ALVES BRAVIN, Usuário Externo**, em 18/11/2021, às 14:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 18/11/2021, às 14:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 18/11/2021, às 14:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0762507** e o código CRC **3A506CF8**.

0003199-36.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

Sr(a). Secretário(a) da SAOFC,

Solicito a Vossa Senhoria **autorização** para elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência/projeto básico para a pretensa contratação/aquisição, conforme segue:

<b>Unidade solicitante:</b>	COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO (CJD)
<b>Unidade demandante:</b>	SEÇÃO DE EDITORAÇÃO, PUBLICAÇÃO E MEMÓRIA ELEITORAL (SEPM)
<b>Servidores responsáveis pela elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do PB/TR:</b>	EVERALDO CARDOSO LOPES (CHEFE DE SEÇÃO)



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Objeto:</b>	Assinatura anual da Plataforma Biblioteca Digital Saraiva- BDS
<b>Quantidade:</b>	1 (uma) ASSINATURA COM 50 ACESSOS SIMULTÂNEOS
<b>Plano Anual de Contatação (PAC):</b>	(x ) Sim. ( ) Não. Justificativa da necessidade:
<b>Data em que deve ser iniciada a prestação de serviços ou a entrega do objeto:</b>	1012/2021

Registra-se que este documento não substitui os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) que serão realizados após despacho autorizando a presente Solicitação de Contratação.

Assim, encaminho os autos para análise e deliberação dessa autoridade administrativa.

0003199-36.2021.6.22.8000

0755838v2



Documento assinado eletronicamente por **MARTA DE LUCIA SILVA SOUZA, Chefe de Seção**, em 28/10/2021, às 12:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0755838** e o código CRC **3071FE40**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**ETP - PARA DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA DISPENSAS E  
INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Sr(a). Secretário(a) da SAOFC,

Para cumprimento do [inciso IX do artigo 6º da Lei 8.666/93](#), encaminha-se o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) para apreciação e eventual aprovação de Vossa Senhoria, com os elementos iniciais que integrarão o Projeto Básico para a pretensa contratação.

<b>Contratação direta:</b>  <i>(Indicar o dispositivo legal de enquadramento da contratação. Acaso enquadrada no art. 24, inciso I, II, IV e V, com valores definidos nesses dispositivos, apresentar a complexidade que justifica a adoção de ETP)</i>	( ) Dispensa de licitação. Art. 24, inciso ____ da Lei n. 8.666/93.  (x ) Inexigibilidade de licitação – Art. 25, ____, da Lei n. 8.666/93.
<b>Unidade solicitante:</b>	Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação (CJD)
<b>Unidade demandante:</b>	Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral (SEPM)
<b>Servidor ou equipe responsável pela elaboração do projeto básico da contratação:</b>	Everaldo Cardoso Lopes (Chefe)  Marta de lucia Silva Souza
<b>Contratação com previsão no Plano Anual de Contratações - PAC?</b>	( x ) Sim.  ( ) Não. Justificar, de forma sucinta, a razão da não inclusão prévia no PAC.
<b>Houve contratação semelhante em exercícios anteriores?</b>	( ) Não. (Se assinalado, não responder os demais).  (x ) Sim.  ( ) Houve incidentes durante o procedimento de seleção da proposta ou na execução do contrato, ou em ambos?  ( ) As lições aprendidas estão sendo consideradas neste



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	estudo?
<b>Justificativa:</b>	<p>A Biblioteca Digital Saraiva consiste na vinculação dos acervos digitais das editoras Saraiva e Érica em uma plataforma digital inovadora, intuitiva com diversas ferramentas que proporcionam melhoria da experiência de leitura e garantem acessibilidade. O acervo presente na BDS conta com total aproximação de 2.600 títulos, os quais se distribuem entre grandes áreas jurídica, de gestão, contábil e técnica de acordo com os selos editoriais:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Saraiva Jur cerca de 1.600 títulos jurídicos entre títulos profissionais, cursos, manuais e obras acadêmicas, empresariais e de concursos e OAB</li><li>• Saraiva Uni aproximadamente 600 títulos de Administração, Ciências Contábeis, Economia, Finanças, Marketing e áreas afins;</li><li>• Editora Érica referência em ensino técnico, tecnológico e profissional, é selo pioneiro e especialista no setor, com acervo</li></ul>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>digital com cerca de 400 títulos em áreas relevantes como Informática, eletromecânica, Administração,/Logística, Construção Civil, Redes e Telecomunicações, Saúde entre outras.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Em termos de funcionalidade, a plataforma da Biblioteca digital Saraiva apresenta, dentre outras:</li><li>• Navegação também poderá ser feita através de sumário;</li><li>• Possibilidade de leitura off-line;</li><li>• Filtro por categoria e ano de publicação;</li><li>• Para leitores com restrições visuais a plataforma possui recursos que possibilitam a aplicação de contraste e aumento do tamanho da fonte, que viabilizam a leitura;</li><li>• Atualizações semestral de nova edições e títulos;</li><li>• Possibilidade de edição de anotações e títulos;</li><li>• Com a BDS, o TRE/RO terá acesso ilimitado a todo</li></ul>
--	--



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	conteúdo.
<b>Objeto:</b>	Assinatura anual da Plataforma Biblioteca Digital Saraiva- BDS.
<b>Quantidade:</b>  Até 400 logins com até 50 acessos simultâneos à plataforma Biblioteca Digital Saraiva - BDS	Previsão inicial de valores:  ( ) Não. ( x ) Sim.  Informação: Valor R\$ 18.750,00
<b>Data prevista para o início das entregas ou para a prestação dos serviços:</b>	10/12/2021

0003199-36.2021.6.22.8000

0755846v3



Documento assinado eletronicamente por **MARTA DE LUCIA SILVA SOUZA, Chefe de Seção**, em 28/10/2021, às 13:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0755846** e o código CRC **6AC84ACF**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0003199-36.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEPM

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação de assinatura anual da Biblioteca Digital Saraiva Educação – Análise da Carta-Contrato.

**PARECER JURÍDICO Nº 201 / 2021 - PRES/DG/AJDG****I – RELATÓRIO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**01.** Trata-se de processo administrativo no qual a Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral (SEPM) busca a contratação direta da empresa **SARAIVA EDUCAÇÃO S.A, CNPJ n. 50.268.838/0001-39** para a contratação da plataforma Biblioteca Digital Saraiva – BDS, acervo completo da Saraiva Jurídico contendo 2.600 títulos, com o quantitativo de 50 acessos simultâneos.

**02.** Carreou-se aos autos a Proposta de Assinatura da Biblioteca Digital Saraiva (0749585), Certificado de Registro de Programa de Computador – exclusividade (0749590), Certificado de Regularidade do FGTS – CRF (0749619), Certidão Negativa de Débitos Tributário Estadual e Municipal (0749617 e 0749624), Certidão Negativa de CNJ (0749622), Certidão Positiva com Efeitos de Negativa Tributos Federais (0749612) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (0749617).

**03.** O valor do contrato foi obtido por meio de pesquisa de preços em órgãos públicos que obteve o mesmo objeto que se quer contratar – Escola Superior do Ministério Público da União (0753046), Ministério Público de Sergipe (0753048) e Câmara Municipal de São Paulo (0753082).

**04.** A solicitação de contratação dirigida ao Secretário da SAOFC veio aos autos pelo evento 0755838 e o Estudo Técnico Preliminar para a inexigibilidade consta no evento 0755846.

**05.** No Projeto Básico 12 (0755338), consta a descrição detalhada do objeto, justificativa, planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade ambiental, valor da contratação, aderência do orçamento, obrigações das partes, sanções, pagamento, gestão e fiscalização.

**06.** Recepcionado os autos na SAOFC, o secretário direcionou à **COMAP** para análise do Projeto Básico e seus anexos, à **COFC** para programação orçamentária dessa possível despesa e **concomitantemente**, à **SECONT** para elaborar minuta do instrumento contratual e, após, à **AJDG** para análise e emissão de parecer jurídico. Por fim, solicita o secretário o retorno dos autos ao Gabinete da SAOFC, para elaboração de Manifestação (0755628).

**07.** A Coordenadora de Material e Patrimônio – unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência – nos termos do item V do art. 17 da Instrução Normativa TRE n.004/08, em sua Análise do Projeto Básico n. 114/2021 (0755891), concluiu pela regularidade do PB supracitado e seus anexos complementado pela proposta da empresa, por se encontrar em consonância com as normas gerais de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação, estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14, todos da Lei n. 8.666/93. Ainda, manifestou pela adjudicação do objeto à proponente, no ato de aprovação do PB, pela autoridade superior.

**08.** A COFC ([0756468](#)) procedeu a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 18.750,00**, indicando o Plano Interno ADM ASSINA e o Pré-Empenho n. 2020PE000305, para custear a despesa, oportunidade em que a unidade informou que *a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro, com a proposta orçamentária 2021 registrada no processo nº [0000058-43.2020.6.22.8000](#).*

**09.** Por fim, a SECONT elaborou a minuta da Carta-contrato (0758657). Assim instruídos, vieram os presentes autos para análise da Assessoria Jurídica da Diretoria Geral (0758658). **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**10.** Inicialmente, importante esclarecer quando é possível a aquisição por inexigibilidade, baseada no art. 25 da Lei nº 8.666/93:

Art. 25. É inexigível a licitação quando **houver inviabilidade de competição**, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa (...) (negritou-se)

**11.** Nesse sentido, o **Manual de Licitações & Contratos**, de autoria do Tribunal de Contas da União, assim estabelece:

Na dispensa de licitação a lei desobriga o administrador de fazer o procedimento licitatório, mesmo quando a competição mostrar-se possível, enquanto que na



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inexigibilidade, a licitação é impossível pela inviabilidade de competição ou desnecessária. A licitação impossível pela inviabilidade de competição caracteriza-se por haver apenas um determinado objeto ou pessoa que atende às necessidades da administração contratante. (Manual de Licitações & Contratos, TCU, pág. 229).

**12.** Como há nos autos Certidão emitida pela Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Regional de São Paulo (ASSESPRO-SP), informando que a empresa **SARAIVA EDUCACAO S.A.** detém exclusividade de produção, comercialização e distribuição dos produtos, objeto da pretensa contratação, em todo território nacional, verifica-se a demonstração da impossibilidade material do desencadeamento de competição, em especial por tratar-se de empresa fornecedora exclusiva, comprovada a exclusividade por atestado fornecido por entidade equivalente a sindicato. Veja-se:

**Acórdão 125/2005 Plenário:** Não efetue aquisições e contratações por inexigibilidade de licitação quando houver viabilidade de competição, e também nos casos em que houver apenas exclusividade de marca e não exclusividade do produto de interesse da empresa.

**13.** Desta forma, entende-se que a contratação poderá ser enquadrada na hipótese de **inexigibilidade de licitação** descrita no **art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93**.

**14.** Por sua vez, o Projeto Básico 12 (0755338) contém os elementos mínimos previstos no inciso IX do artigo 6º da Lei n. 8.666/93, motivo pelo qual **pode ser apresentado a autoridade competente para APROVAÇÃO**, para cumprimento do disposto no inciso I do § 2º do art. 7º do referido diploma legal.

### **III – CONCLUSÃO**

**15.** Nesses termos, conclui-se que a contratação solicitada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral (SEPM) poderá ser processada diretamente com a empresa SARAIVA EDUCACAO S.A. CNPJ: 50.268.838/0001-39 já que configurada a situação de inexigibilidade de licitação prevista art. 25, caput, da Lei n. 8.666/93, e comprovada a disponibilidade orçamentária para arcar com a despesa (0756468). A demonstração de regularidade fiscal para contratar com o setor público foi comprovada na instrução dos autos, todavia deve ser verificada antes de efetivada a contratação, principalmente em relação a Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

**16.** Com relação a minuta de Carta-Contrato juntada no evento 0758657, o referido instrumento encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da referida minuta.

**17.** Alerta-se para a necessária ratificação da despesa pela autoridade competente e publicação do ato no DOU e no Diário da Justiça Eletrônico deste Tribunal, conforme art. 26, da Lei n. 8.666/93.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 09/11/2021, às 14:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, **Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 09/11/2021, às 14:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0759278** e o código CRC **5E15BA01**.

0003199-36.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0003199-36.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral (SEPM) - SEPM

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação de assinatura anual da Biblioteca Digital Saraiva Educação.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DESPACHO Nº 1568 / 2021 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo no qual a Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral (SEPM) busca a contratação direta da empresa **SARAIVA EDUCAÇÃO S.A, CNPJ n. 50.268.838/0001-39** para a contratação da plataforma Biblioteca Digital Saraiva – BDS, acervo completo da Saraiva Jurídico contendo 2.600 títulos, com o quantitativo de 50 acessos simultâneos.

A unidade demandante juntou proposta comercial da empresa SARAIVA EDUCAÇÃO S.A ([0749585](#)), Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP 9 ([0755846](#)) e a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0755355](#)).

Carreou-se aos autos certidão de exclusividade expedida pela ASSESPRO – ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO REGIONAL SÃO PAULO, juntada no evento ([0753037](#)),

A regularidade fiscal e trabalhista da empresa foi comprovada pela Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual ([0749614](#)), Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Municipal ([0754763](#)), Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ([0749612](#)), Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, pendente de revalidação, vez que encontra-se vencida ([0749619](#)), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ([0749617](#)) e Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade ([0749622](#)).

Juntou-se o Projeto Básico n. 12/2021-SEPM ([0755338](#)), que dimensionou o valor total da contratação em **R\$ 18.750,00** (dezoito mil setecentos e cinquenta reais), pelo período de 12 (doze) meses, descrevendo o objeto e seus complementos, justificou a necessidade da contratação, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

A Coordenadoria de Material e Patrimônio manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico n. 12/2021-SEPM (evento [0755338](#)), complementado pela proposta da empresa (evento [0749585](#)), por se encontrar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93, para contratação direta com inexigibilidade de licitação, com





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fundamento no art. 25, *caput*, da Lei n. 8.666/93, bem como pela adjudicação do objeto à empresa proponente ([0755891](#)).

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 18.750,00** (dezoito mil setecentos e cinquenta reais) para custear a despesa ([0756468](#)).

A SECONT, por sua vez, juntou aos autos a minuta da Carta-Contrato ([0758657](#)) e remeteu-os para a Assessoria Jurídica da DG para análise e parecer ([0758658](#)).

Assim instruído, o feito foi encaminhado à Assessoria Jurídica desta Diretoria Geral, que emitiu Parecer Jurídico nº 201/2021 ([0759278](#)) opinando pela possibilidade de contratação direta da empresa SARAIVA EDUCAÇÃO S.A., por inexigibilidade de licitação prevista no *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/93; pela aprovação do Projeto Básico e pela ratificação da despesa com publicação do ato no DOU e no Diário da Justiça Eletrônico deste Tribunal, conforme art. 26, da Lei n. 8.666/93. Por fim, aprovou os termos da minuta da carta-contrato ([0758657](#)), para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8666/1993.

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e manifestou-se pela aprovação tanto do ETP [0755846](#) quanto do Projeto Básico 12/2021 ([0755338](#)), autorização da despesa e pela contratação direta da empresa **Saraiva Educação S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº. 50.268.838/0001-39, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no [art. 25, caput, da Lei nº. 8.666/93](#), pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado ([0755355](#)) e publicação do ato **tanto no DOU, quanto no DJE**, em respeito ao princípio da publicidade ([0755620](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que, embora tenha sido recentemente publicada a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 (a nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinado com o art. 193 permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após sua publicação, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei. Neste sentido, no curso deste processo de transição serão adotadas as regras da lei antiga.

Verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, uma vez que a empresa proponente é detentora de Certidão emitida pela Associação das





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Regional de São Paulo (ASSESPRO-SP) (evento [0753037](#)) informando que a empresa **SARAIVA EDUCACAO S.A.** possui exclusividade de produção, comercialização e distribuição dos produtos, objeto da pretensa contratação, em todo território nacional. Portanto, verifica-se a demonstração da impossibilidade material do desencadeamento de competição, em especial por tratar-se de empresa fornecedora exclusiva, comprovada a exclusividade por atestado fornecido por entidade equivalente a sindicato.

Registra-se que, sendo fornecedor único do serviço, como atestado nos autos, está justificada a escolha do fornecedor. No tocante ao preço, valor do contrato foi obtido por meio de pesquisa de preços em órgãos públicos que obteve o mesmo objeto que se quer contratar – Escola Superior do Ministério Público da União (0753046), Ministério Público de Sergipe (0753048) e Câmara Municipal de São Paulo (0753082).

Além disso, nos termos constantes no item 3 do Projeto Básico ([0755338](#)), a unidade demandante justifica a necessidade da contratação enumerando várias funcionalidades do objeto a ser contratado, bem como elenca a diversidade de títulos jurídicos, administrativos dentre outros a disposições dos usuários como fonte de pesquisa.

Some-se a isso, que não se pode desconsiderar que os serviços digitais/eletrônicos agregarão mais uma opção de consulta aos clientes internos, minimizando o problema fático da indisponibilidade do acervo bibliográfico em razão da barreira física em relação às zonas eleitorais do interior do Estado, os quais não desfrutam da facilidade de consulta ao acervo bibliográfico do Tribunal, esta Secretaria implementou a Biblioteca Digital, inserida como ação estratégica. Assim, possui como objetivo direto atender às exigências contemporâneas de diversificação dos meios de acesso à informação, que não somente a leitura tradicional de livros, sendo uma tendência dos tribunais superiores, a exemplo do STF, STJ e TSE.

Diante do exposto e da necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação, reconhecida pela SAOFC e descrita no art. 25, *caput*, da Lei de Licitações e Contratos e, por consequência:

**I - Aprovo o ETP ([0755846](#)) e o Projeto Básico nº 12/2021 - PRES/DG/SJGI/CJD/SEPM ([0755338](#))**, uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do artigo 6º, no art. 7º, inciso I e no art. 14 da Lei n. 8.666/93;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**II - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. [0755355](#)**, em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria 101/2021/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

**III - Autorizo a despesa, de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, *caput*, da lei nº 8.666/93**, em razão da inviabilidade de competição, condicionada à disponibilidade orçamentária do valor da despesa;

**IV - Adjudico o objeto à empresa Saraiva Educação S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº. 50.268.838/0001-39, e autorizo a emissão de Nota de Empenho **no valor de R\$ 18.750,00** (dezoito mil setecentos e cinquenta reais), desde que haja atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação, principalmente em relação a Certificado de Regularidade do FGTS – CRF que encontra-se vencido desde 14/09/2021; e

**V - Determino a publicação do ato de ratificação tanto no DOU, quanto no DJE**, em respeito ao princípio da publicidade, com fundamento no [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#).

À SAOFC para as demais providências com vistas à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 11/11/2021, às 13:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0760373** e o código CRC **C777CBFD**.